



Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:2F22107D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 433/2022

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;

Considerando o ofício 75/2022 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação;

Considerando o disposto no § 2º do Artigo 2º da Lei 745/2011 com alterações sofridas pela Lei 830/2014 de 04/09/2014;

RESOLVE:

Artigo 1º- PRORROGAR o prazo do Contrato em caráter temporário dos Servidores abaixo relacionados, e respectivos cargos, a que se refere o Artigo 2º da Portaria Municipal 391/2021:

Matricula	NOME	CARGO
7031	LUIZ GUILHERME MENDES DE MORAES DA SILVEIRA	Operário
15881	MARCELO ACASSIO CORREA	Operário

Parágrafo Único: O prazo a que se refere o Caput do presente Artigo passa a ser 08/12/2022 à 30/11/2023.

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de Dezembro de 2022; 62º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:7229E449

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 691/2022 - ESTABELECE O PROGRAMA MUNICIPAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO

LEI Nº 691/2022
Data: 02 de Dezembro de 2022

SÚMULA: Estabelece o Programa Municipal de Distribuição Gratuita de Uniformes para os alunos da Rede de Ensino do Município, e dá Outras Providências.

A câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Distribuição Gratuita de Uniformes Escolares para os alunos da rede de Ensino do Município de São José das Palmeiras, que será executado na forma desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes fornecerá kit de uniforme escolar aos Alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, sendo:

Inciso I-Kit uniforme verão, composto por 02 (duas) camisas manga curta e 02 (duas) bermudas, ou 1 (uma) bermuda e 01 (um) shorts sara. Inciso II - Kit uniforme inverno, composto por 01 (uma) camiseta manga longa e 01 (um) agasalho, sendo: uma calça e uma jaqueta. Inciso III - O Município fornecerá apenas um kit verão e um kit inverno por aluno, durante cada ano letivo.

Art. 3º Fica adotado como padrão de uniforme escolar, em toda rede municipal de ensino, aquele conste no anexo I desta Lei, podendo ser alterado cores e modelagem por decreto municipal.

Parágrafo Único: Os tamanhos e quantidades serão definidos conforme solicitação das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, o qual será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º As Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs deverão adotar o uniforme padronizado exigindo seu uso diário.

Parágrafo Único: As Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, por meio de seu Regimento Interno, normatizarão o uso diário do uniforme escolar, não podendo submeter o aluno a qualquer constrangimento em decorrência do mesmo.

Art. 5º O Município de São José das Palmeiras em observância ao calendário escolar deverá adquirir os itens constantes no artigo 2º através de processo licitatório de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de forma a atender a demanda de forma satisfatória, de preferência antes do início do ano letivo.

§1º Entende-se como beneficiários os alunos matriculados desde o berçário 01 até 5º ano do ensino fundamental.

§2º Nos casos de que trata o caput deste artigo, será fornecido o padrão de uniforme da instituição educacional na qual o aluno estiver matriculado, desde que seja no Município de São José das Palmeiras - PR.

Art. 6º O Programa de Distribuição Gratuita de Uniformes Escolares será, no primeiro ano, implantado gradativamente, estabelecendo-se como critério de prioridade a distribuição aos alunos da Educação Infantil.

Art. 7º A implementação do Programa de Distribuição Gratuita de Uniforme Escolar é de competência da Secretaria Municipal de Educação que, por meio de Instrução Normativa, estabelecerá as especificações dos itens que compõem o kit, bem como o cronograma de distribuição.

Art. 8º O uso do uniforme escolar é de caráter obrigatório, tornando-se exigência à presença do aluno, no decorrer do ano letivo escolar.

Art. 9º O kit de uniforme escolar recebido é de responsabilidade exclusiva dos pais, de quem detém a guarda do aluno ou de alunos adultos maiores de idade, ficando a definição acerca de sua eventual reposição a partir de critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 Para dar cobertura ao custeio desta lei serão utilizados recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras - PR, 02 dias de Dezembro de 2022.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:7CE89566

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
058/2022

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico nº 058/2022.

Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilizar no mínimo 02 (dois) contêineres estacionários de 30m³ (trinta metros cúbicos) cada, para ficar sob demanda do Município, bem como prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado e dentro das legislações ambientais, provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras – PR.



Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal nº 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Eletrônico nº 058/2022, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

ITEM	Proponente Vencedora	Valor Total do ITEM em R\$
ITEM 01	PARANÁ AMBIENTAL LOGÍSTICA E COLETA DE RESÍDUOS LTDA	R\$ 157.440,00

São José das Palmeiras, 23/11/2022.
Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:14C3E8DE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO
ELETRÔNICO N.º 058/2022**

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 058/2022, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Contratação de empresa especializada para disponibilizar no mínimo 02 (dois) contêineres estacionários de 30m³ (trinta metros cúbicos) cada, para ficar sob demanda do Município, bem como prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado e dentro das legislações ambientais, provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras – PR.

A Empresa vencedora foi: PARANÁ AMBIENTAL LOGÍSTICA E COLETA DE RESÍDUOS LTDA, com o valor de R\$ 157.440,00 (cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais).

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 23 de novembro de 2022.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:95A13DC1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 109/2022 - PREGÃO
ELETRÔNICO N.º 058/2022**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para disponibilizar no mínimo 02 (dois) contêineres estacionários de 30m³ (trinta metros cúbicos) cada, para ficar sob demanda do Município, bem como prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado e dentro das legislações ambientais, provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras – PR.

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: PARANÁ AMBIENTAL LOGÍSTICA E COLETA DE RESÍDUOS LTDA.

VALOR: R\$ 157.440,00 (cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de dezembro de 2023.

São José das Palmeiras, em 30 de novembro de 2022.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:311ED07D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 080/2022 - PREGÃO
PRESENCIAL N.º 044/2022**

PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 044/2022 CONTRATO: 080/2022

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Formulas infantis em pó para lactantes e Fórmulas para alimentação enteral) destinados a atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de São José das Palmeiras-PR.

I - Síntese do Requerimento:

Trata-se de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato 080/2022, nos seguintes produtos referente ao lote 01 – item ‘1’ formula infantil Nan Confort 1, item ‘2’ formula infantil Nan Confort 2 e o item ‘3’ formula infantil Nan sem lactose de 400g sob o argumento de um aumento generalizado na economia.

Por fim, a empresa contratada afirma que “o valor cotado à época da licitação não supre mais os custos e insumos do contrato”.

Em suma, estes são os fatos.

II – Da Fundamentação:

Inicialmente, destacamos que o presente Processo Licitatório teve seu fluxo dentro da normalidade, sendo cumprida a fase interna e externa com observância das formalidades legais atinentes à modalidade.

Pois bem. Não há dúvida acerca da possibilidade da alteração contratual para reajuste do equilíbrio econômico financeiro, pois há previsão legal no Art. 65.

§ 8º, na Lei de Licitações, podendo ser pleiteado apenas no caso de ocorrência de fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, posterior à celebração do contrato, que altere substancialmente a sua equação econômico- financeira e para o qual a parte prejudicada não tenha dado causa.

Contudo, o pedido para o exercício desse direito deve ser instruído com informações qualitativas e quantitativas detalhadas que comprovem o desequilíbrio.

Neste sentido, destaco trecho de recente decisão do TCE/PR (Acórdão 3420/17 foi publicado em 24 de agosto, na edição nº 1.663 do Diário Eletrônico do TCE-PR), a qual definiu os requisitos para deferimento de tais pedidos:

(...)

O rompimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato se dá quando, após a assinatura do contrato, ocorre o desajuste entre o custo e o benefício decorrente de riscos contratuais extraordinários, assim compreendidos os riscos alheios ao negócio. É preciso

deixar claro que nem todo risco gera indenização ao contratado. Os riscos inerentes à atividade econômica, também chamados ‘riscos do negócio’ não são indenizáveis. Os riscos extraordinários eventualmente experimentados pelo particular, que venha atingir de uma forma mais profunda a equação econômico financeira do contrato, poderia (sic) resultar no direito a revisão contratual mediante a aplicação do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. Mas não apenas esses, o próprio contrato pode estabelecer nos contratos com duração superior a 12 meses a aplicação de reajustes para repor perdas inflacionárias, aplicando-se índices de atualização monetária. Essa também é uma forma de manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato. Agora vejamos os riscos extraordinários em si. A doutrina classifica-os em duas categorias: (1) Risco Administrativo e (2) Risco Econômico. O (1) Risco Administrativo pode acontecer através de evento interno ou externo da administração. O exemplo de

10 de outubro de 2022
PROPOSTA NR. : 2940

À

MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Att. Sr(a).: MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS

SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROPOSTA REF. PROSPECTO 36144

Proposta para Prestação de serviços de: **CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS PARA ARMAZENAGEM DE RESÍDUOS (TAMBORES/CONTÊINERS), COLETA, TRANSPORTE e/ou TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** de resíduos sólidos e líquidos da(s) Classe(s) abaixo descrita(s):

CLASSE DO RESÍDUO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR ORÇADO
CLASSE IIA	Contratação de empresa especializada para disponibilização de 02 (dois) container estacionário de no mínimo 30m ³ sob demanda do Município, prestar serviços de transporte licenciado, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras, bem como tratamento e a disposição final em aterro licenciado para estes resíduos. (Sendo	360,00/TN

Forma de Pagamento: 28 DIAS - NÃO INFORMADA

A partir da data de emissão da Nota Fiscal do serviço prestado, será emitido Certificado de Destinação Final de Resíduos (CDF) para comprovação da disposição final do(s) resíduo(s) contratado(s), que estará disponível para impressão no respectivo sistema utilizado pelo gerador para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, conforme seu estado de origem, após a baixa do boleto bancário.

Alguns diferenciais:

- * Única empresa no segmento que possui monitoramento em tempo real por câmeras e rastreadores.
- * Todos os motoristas possuem treinamento e certificação para movimentação operacional de resíduos perigosos.
- * Possui apólice de seguro para transporte de produtos perigosos, com cobertura de responsabilidade civil e danos ambientais.
- * Possui apólice de seguro para armazenagem de resíduos em todas as filiais.

Os seguintes documentos podem ser extraídos da pasta compartilhada do Grupo CETRIC na internet (<https://1drv.ms/u/s!AuyD-JJBc8W9-FXq-NvfORe791BQ?e=T6tVK8>):

Santa Catarina:

- 1) Licença Ambiental de Operação, emitida pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina – IM/ concernente ao tratamento e disposição final de resíduos CLASSE I, II-A E II-B, n.º 4885/2018;

2) As Licenças de Transporte no estado de Santa Catarina são emitidas através de Licenças Ambientais por Adesão e Compromisso – LAC, o qual a CETRIC SANTA CATARINA encontra-se regular perante ao órgão ambiental através do Processo de Licenciamento TPP/00003/CRO;

3) CTF – CADASTRO TÉCNICO FEDERAL sob o registro n.º 486334;

4) Licença de transporte (AATIPP) emitida pelo IBAMA, concernente ao transporte rodoviário interestadual de produtos perigosos sob o registro n.º 486334;

5) Alvará de Localização e Alvará junto a vigilância Sanitária, inscrição municipal n.º 26102, inscrição estadual n.º 254302971;

Obs.: É de responsabilidade do gerador a emissão do documento para o transporte, Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, uma vez que o mesmo está sujeito a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme disposto no Art. 20 da Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. O documento deve ser emitido através dos sistemas estaduais, caso os Resíduos sejam encaminhados para a CETRIC – CHAPECO/SC, o MTR deve ser emitido, obrigatoriamente, através do link <http://mtr.ima.sc.gov.br/> por meio do login e senha do gerador. Ademais, é de inteira responsabilidade do gerador a solicitação junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA e/ou demais órgãos ambientais competentes, da Autorização para Remessa de Resíduos, quando necessária a apresentação junto ao órgão ambiental do Estado de origem. Eventuais custas processuais relacionadas a estes procedimentos são de responsabilidade do gerador.

Paraná:

6) Licença Ambiental de Operação, emitida pelo Instituto Água e Terra do Paraná – IAT, concernente ao transporte, tratamento e disposição final de resíduos de CLASSE II-A e II-B, n.º 214124-R2;

7) Licença Ambiental de Operação, emitida pelo Instituto Água e Terra do Paraná – IAT, concernente ao transporte, tratamento (Blendagem para Coprocessamento) e envio de resíduos, independentemente de sua CLASSE, ao COPROCESSAMENTO, n.º 186519-R3 e n.º 261945-R3;

8) CTF – CADASTRO TÉCNICO FEDERAL sob o registro n.º 7100429 e n.º 7252787;

9) Alvará de Localização e Funcionamento n.º 263102/2018 e n.º 1689/2021 e Licença Sanitária n.º 2266/2021;

*Obs.: Para coletas realizadas no Estado do Paraná é imprescindível que o gerador emita o **MTR SINIR**, conforme a Portaria MMA nº 280/2020 e tenha a **Autorização Ambiental para Movimentação de Resíduos**, conforme as diretrizes da Portaria IAP nº 212/2019. Ademais, a destinação de resíduo (Rejeitos Classe I) no Estado de Santa Catarina estará sujeita a emissão de **MTR IMA**. Eventuais custas processuais relacionadas a estes procedimentos são de responsabilidade do gerador*

São Paulo:

10) CADRI emitido pela CETESB nº 07001690;

11) Licença de Operação nº 7006796 para transbordo de resíduos perigosos e não perigosos.

Obs.: É de responsabilidade do gerador a emissão do documento para o transporte, Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, uma vez que o mesmo está sujeito a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme disposto no Art. 20 da Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. O documento deve ser emitido através do Sistema MTR FEAM e do SIGOF Resíduos Classe I gerados fora do estado de Minas Gerais precisam de aprovação prévia da SEMA.

para serem destinados nesta unidade e de CADRI na CETESB (sendo que nesta última, alguns resíduos Classe II também precisam do referido documento). Eventuais custas processuais relacionadas a estes procedimentos são de responsabilidade do gerador.

Minas Gerais:

- 12) Autorização Ambiental de Funcionamento para reciclagem de resíduos da construção civil – SEMAD, nº 01742/2018;
- 13) AVCB unidade Uberlândia nº 194358;
- 14) AVCB Aterro Industrial nº 20190033541;
- 15) Apólice de Seguro HDI Seguros S/A, cobertura para Danos ambientais durante o processo de transporte de resíduos perigosos;
- 16) CERTIFICADO LAS - CADASTRO Nº 70853953/2019 para compostagem de resíduos industriais, emitido pela SEMAD;
- 17) LAS RAS nº 162 para Aterro Industrial para resíduos Classe II, emitida pela SEMAD;
- 18) CERTIFICADO LAS-CADASTRO Nº 19566966/2018 para o transbordo de resíduos de saúde, emitida pela SEMAD;
- 19) CERTIFICADO Nº 5630 emitido pela SEMAD para o transporte de resíduos perigosos;
- 20) Licença Ambiental nº 165 para transbordo de resíduos Classe I e Classe II, serralheria, tratamento de efluentes industriais, unidade de mistura e pré-condicionamento de resíduos para o coprocessamento;
- 21) CERTIFICADO Nº 442/2022 emitido pela SEMAD para geração de energia termelétrica utilizando combustível não fóssil (biomassa);

Obs.: É de responsabilidade do gerador a emissão do documento para o transporte, Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, uma vez que o mesmo está sujeito a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme disposto no Art. 20 da Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. O documento deve ser emitido através dos sistemas estaduais (Sistema MTR FEAM, SIGOR, IMA, entre outro). Caso os resíduos sejam encaminhados para a CETRIC – UBERLÂNDIA/MG, o MTR deve ser emitido, obrigatoriamente, através do link <https://mtr.meioambiente.mg.gov.br/index.jsp> por meio do login e senha do gerador. Resíduos Classe I gerados fora do estado de Minas Gerais precisam de aprovação prévia da SEMAD para serem destinados nesta unidade. Eventuais custas processuais relacionadas a estes procedimentos são de responsabilidade do gerador.

**GRUPO
CETRIC**

20 ANOS



Validade da Proposta: 15 dias

Atenciosamente:

WILLIAN MARIANI ME

CETRIC — Central de Tratamento de Resíduos Ltda.

Fone: 49-3328-5084 49-98905-5690

willian@cetric.com.br



 **cetric.com.br**

 **cetric@cetric.com.br**



Cetric Sul Chapecó

(49) 3905 3100

Acesso Ângelo Baldissera, s/nº
CH 20 Km 05, 89801-970



Cetric Sudeste Uberlândia

(34) 3213 2105

Rua Lineu Anterino Mariano, nº 621
Distrito Industrial, 38402-346

AO
Município de São José das Palmeiras
Rua Marechal Castelo Branco, Nº 979
São José das Palmeiras – PR.

ORÇAMENTO

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPEIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO DA TONELADA
01	TON	APROXIMADAMENTE 40 TONELADAS MENSAIS	Contratação de empresa especializada para disponibilização de 01 ou 02 (um ou dois) sob demanda do Município container estacionário de no mínimo 30 m ³ , prestar serviços de transporte licenciado, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras, bem como tratamento e a disposição final em aterro licenciado para estes resíduos. (Sendo eles os não recicláveis, orgânicos e outros rejeitos)	R\$ 865,73

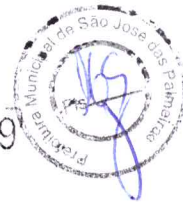
Toledo, 11 de outubro de 2022.


MARCELO DE PAOLA
Representante Legal
RG.2.061.005-0 PR

97.553.298/0001-07

TECNURBE MANEJO E LOGÍSTICA
DE RESÍDUOS LTDA.

Rua Barão do Rio Branco, 4516
Jardim Gisela Toledo-PR



Proposta DS n.º 161-2022

A Sra
Leidislaine

Dep. de Licitação e Meio Ambiente
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PR

Ref.: Disponibilização de 01 OU 02 contêineres de 39 m³, transporte licenciado de resíduos domiciliares não recicláveis, através de contêiner estacionário com veículo roll on roll off, de São José das Palmeiras – PR até Cascavel – PR, tratamento e disposição final em aterro sanitário licenciado com EIA-RIMA no município de Cascavel – PR.

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL

A **PARANÁ AMBIENTAL** atua no ramo de prestação de serviços para transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, líquidos, industriais, comerciais e de prestação de serviços nos parâmetros definidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas nº 10004.

1 Condições Gerais

A **PARANÁ AMBIENTAL** fornecerá como comprovante do tratamento e destino final dos resíduos o CDF (certificado de disposição final), certificando o correto destino, com o registro das medidas, tipologia, código Conama, Onu, e coordenadas geográficas na vala respectiva, em seu CTR, Aterro Industrial, na cidade de Cascavel PR, assinado por Engenheiro Químico, responsável.

2 Serviço

A **PARANÁ AMBIENTAL** disponibilizara em comodato 01 (um) ou 02 (dois) contêiner com capacidade de 39 m³ para o Município acomodar os resíduos sólidos domiciliares não recicláveis gerados, após completo o volume do contêiner, prestará os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos Classe II-A (NÃO INERTE) e CLASSE II-B (INERTE) em aterro sanitário licenciado próprio localizado no município de Cascavel – PR.

3 Preço

LOTE I	Descrição dos Resíduos	Und	Valor Unt
Item I	<i>Resíduos Classe II-A: Contratação de empresa especializada para disponibilização de 02 (dois) container estacionário de no mínimo 30m³ sob demanda do Município, prestar serviços de transporte licenciado, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos provenientes da coleta domiciliar do Município de São José das Palmeiras, bem como tratamento e a disposição final em aterro licenciado para estes resíduos. (Sendo eles os não recicláveis, orgânicos e outros rejeitos)</i>	Ton	R\$ 345,00

4 Equipamentos

Serão disponibilizados a quantidade de contêineres necessária para o correto armazenamento dos resíduos, de modo que seja suprida a necessidade de armazenamento, e o transporte ser realizado com segurança.

Imagem n.º 01 – Alguns equipamentos disponíveis



5 **Condição de Pagamento:** Conforme edital de contratação.

6 **Validade da Proposta:** 90 dias.

Cascavel – PR, 14 de Outubro de 2022.

gov.b

Documento assinado digitalmente
DIONATAN JUNIOR SPIGOSO
Data: 14/10/2022 10:25:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dionatan Junior Spigoso
Engenheiro Ambiental CREA PR 12.1378/D
PARANA AMBIENTAL GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS LTDA
Contato: (45) 3039-4060 / (46) 9.8800-1780

PARANÁ AMBIENTAL Gestão Global de Resíduos Ltda.
Rod. BR 277 km 573, Fazenda São Domingos, Cascavel – PRCNPJ: 07.911.409/0001-09